

**PODER JUDICIÁRIO**
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS**

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

<b>SENTENÇA</b>
-----------------

Processo nº:	<b>1010161-81.2015.8.26.0566</b>
Classe - Assunto	<b>Procedimento Sumário - Obrigação de Fazer / Não Fazer</b>
Requerente:	<b>Altair Moreira do Nascimento</b>
Requerido:	<b>Hidrocoelho Manutenção e Perfuração de Poços Artesianos Ltda</b>

ALTAIR MOREIRA DO NASCIMENTO ajuizou ação contra HIDROCOELHO MANUTENÇÃO E PERFURAÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS LTDA, pedindo a condenação ao cumprimento de obrigação de fazer consistente em reexecutar o serviço de perfuração de um poço artesiano ou a restituir o valor pago, porquanto perfurou até certa profundidade e não encontrou água, sem concluir o trabalho, embora recebido o preço pactuado.

Citada, a ré compareceu à audiência inicial mas não contestou o pedido.

A tentativa de conciliação foi infrutífera.

Proferiu-se sentença, acolhendo-se o pedido.

A ré recorreu e obteve a anulação do processo, para prosseguir-se com a atividade instrutória.

Colheu-se a prova testemunhal em juízo.

Manifestaram-se as partes, ratificando suas teses.

É o relatório.

Fundamento e decidido.

O v. acórdão definiu a indispensabilidade de produzir-se prova a respeito da natureza da obrigação assumida pela ré, pois assente na jurisprudência que *a perfuração de poço artesiano é obrigação de meio e não de resultado, tratando-se de contrato aleatório, no qual o contratado não garante a efetiva localização de água, mas, apenas, a correta execução do*

**PODER JUDICIÁRIO**
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS**

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

*serviço de perfuração, em conformidade com os procedimentos técnicos exigidos (91).*

Em princípio, a sentença admitiu que a obrigação era de resultado, haja vista, principalmente, o efeito da revelia, ou seja, a falta de contestação quanto aos fatos afirmados em desfavor da ré.

Afastada tal presunção, a prova produzida não prestigia a alegação.

Com efeito, não houve prova, de incumbência então do autor, de que a ré teria assumido a obrigação de perfurar o poço até encontrar água.

Gilberto Silva Amaral referiu ter ouvido comentário de empregado da ré, Lucas, de que *daria o poço funcionando* (fls. 113). Mas isso não diz muito, pois pode-se interpretar que entregaria o poço funcionando, desde que encontrasse água. Aliás, o equipamento destinado a captar água estava no local, exatamente bomba e tubulação.

Ângelo Fernando Filho limitou-se a relatar em juízo o que ouviu do próprio autor (fls. 114).

Já as testemunhas arroladas pela ré (fls. 115/116) infirmaram a alegação de que a empregadora teria assumido a obrigação de encontrar água, resultado incerto. Segundo Jonas Cardoso da Silva, a perfuração foi paralisada porque seria necessário decidir o que fazer, perante as tentativas anteriores, sem êxito.

Portanto, tendo a ré utilizado a técnica adequada e desempenhado os esforços possíveis, sem obter o resultado esperado, pois o insucesso foi alheio à sua expectativa, não se lhe pode exigir prosseguir com a perfuração sem custo adicional ou restituir o dinheiro recebido, que remunerou os serviços efetivamente prestado.

Diante do exposto, rejeito o pedido e condeno o autor, ALTAIR MOREIRA DO NASCIMENTO, ao pagamento das custas e despesas processuais, corrigidas aquelas em reembolso, e dos honorários advocatícios fixados em 10% do valor da causa, corrigido desde a época do ajuizamento. A execução das verbas processuais, perante o beneficiário da gratuidade da justiça, porém, fica suspensa, nos termos do artigo 98, § 3º, do Código de Processo Civil.

Dispensável dizer que a anulação da sentença, em sede recursal, comprometeu a antecipação da tutela jurisdicional então deferida. Portanto, não prevalece.

## PODER JUDICIÁRIO



### TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

Publique-se e intímem-se.

São Carlos, 02 de agosto de 2017.



**Carlos Castilho Aguiar França**  
Juiz de Direito

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME  
IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**